

Breve estudo de eco-história sobre a utilização humana das florestas estacionais do norte-noroeste entre os períodos colonial e republicano

Brief eco-historical study of human use of seasonal forests in the north-northwestern regions of Rio de Janeiro State in the colonial and republican periods

Aristides Arthur Soffiati Netto*

O presente estudo tem por objetivo analisar as relações das sociedades humanas com a formação vegetal nativa classificada como Floresta Estacional Semidecidual situada nas regiões norte e noroeste do Estado do Rio de Janeiro – Brasil. Para isto, adotou-se a tipologia mais recente das formas de vegetação nativa do Brasil, segundo uma classificação universal, e foram utilizadas fontes escritas e iconográficas de diversos autores a partir do século XVIII, de modo a recuperar a fisionomia original dessa formação vegetal e o processo progressivo de sua supressão pela economia implantada por colonos de origem europeia.

This study aims to examine the relationship between human societies and the native vegetation classified as semideciduous forest located in the northern and the northwestern regions of the State of Rio De Janeiro – Brazil. Thus, the study adopted the most recent typology of native Brazilian vegetation forms, according to the universal classification, and used written and iconographic sources by several authors of the eighteenth century to recover the original aspect of this plant formation, and the gradual process of its suppression by the economy implemented by settlers of European origin.

Palavras chave: Eco-história. História Regional. Floresta Estacional.

Key words: Environmental History. Regional History. Deciduous Forest.

Teoria, método, objeto e objetivos

Donald Worster observa que a eco-história representa a terceira revolução na historiografia, sendo o historicismo-positivismo a primeira e a Escola dos *Annales*-História Nova a segunda. Para o eco-historiador, a natureza não humana, ao relacionar-se com as antropossociedades, deixa de ser espaço inerte, estoque inesgotável de recursos, depósito com capacidade ilimitada de absorver os descartes dos processos econômicos, um mero palco em que se encenam os dramas humanos, como a concebeu o mecanicismo, para tornar-se agente¹. A eco-história aprendeu a dialogar não apenas com as ciências sociais senão também com as ciências da natureza, empenhando-se em ouvir a fala sem língua e

* Universidade Federal Fluminense. Departamento de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional. Pesquisador em eco-história.

¹ WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, n. 8, 1991.

sem palavras da natureza não humana. Ela vem se mostrando como bastante promissora em seus estudos concernentes às relações das sociedades humanas com um determinado ecossistema ou com um conjunto inter relacionado deles (bioma) ou ainda com uma região, apresentando relativa unidade ambiental (ecorregião).

O que distingue a eco-história das histórias econômica, social, política e cultural é a incorporação da natureza não humana (domínios físico-químico e biológico) como agente de história. Outro traço distintivo é a interação dos mundos natural e cultural, o que pressupõe uma continuidade entre natureza e cultura. Assim, a natureza não humana passa a ser produtora de fontes que registram suas interações com as antropossociedades, fontes que não se limitam às marcas diretas imprimidas nela pelo ser humano, senão que geradas por sua própria dinâmica.

Como as florestas, até o Código Florestal de 1965, eram oficialmente vistas de modo uniforme, o método empregado neste estudo só pode ser qualitativo. Tanto os relatos sobre florestas de observadores e viajantes quanto as listas de árvores cortadas e de lenha e madeira dos períodos colonial, imperial e republicano são precárias no que tange a informações relacionadas a sua origem espacial. Só o método qualitativo, por ora, fornece subsídios mais seguros para o estudo que se pretende empreender neste artigo. Assim, forçoso é recorrer às informações deixadas pelos próprios ecossistemas e por brasileiros e estrangeiros em seus apontamentos. Tais fontes são mencionadas ao longo do estudo.

Verificar-se-á como as florestas estacionais semidecíduais das regiões norte e noroeste do Rio de Janeiro, bem como do sul do Espírito Santo foram suprimidas em quase cem por cento, mormente no noroeste do Rio de Janeiro. O objetivo almejado é demonstrar como a supressão de tais florestas afetou o ambiente, acarretando, inclusive, consequências econômicas e sociais para as antropossociedades responsáveis por relações de desequilíbrio com este ecossistema.

Florestas estacionais semidecíduais: a construção de um conceito e a desconstrução de um ecossistema

O primeiro naturalista a intentar uma classificação para os grandes domínios vegetais nativos brasileiros foi o alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, em 1824. Depois dele, muitos outros se sucederam neste esforço. Nenhuma delas conseguiu ajustar a complexidade dos ecossistemas vegetais nativos àquele recorte artificialmente traçado que veio a abrigar o chamado Estado brasileiro. Qualquer classificação, diga-se de passagem, jamais consegue dar conta da totalidade, independente da área de conhecimento, sempre deixando de fora algum aspecto que outra classificação tentará contemplar, também com limitações. Seria ocioso passar em revista todas estas classificações aqui. Por uma questão de atualidade – e não de modismo – adota-se

a classificação que vem se impondo dia a dia. Trata-se da classificação da vegetação brasileira adaptada a um sistema universal, elaborada por Henrique Pimenta Veloso, Antonio Lourenço Rosa Rangel Filho e Jorge Carlos Alves Lima, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia Estatística², já utilizada no *Mapa de Vegetação do Brasil*³ e, de forma bastante aproximada, pelo Projeto RadamBrasil⁴.

Pela classificação aqui adotada, o Brasil situa-se na Zona Neotropical, a qual se distingue por algumas famílias botânicas endêmicas, tais como *Bixaceae*, *Cactaceae*, *Cannaceae*, *Caryocaraceae*, *Cyclathaceae*, *Cyrillaceae*, *Lacistemaceae*, *Marcgraviaceae*, *Quiinaceae* e *Sarraceniaceae*. Como classes e subclasses de formação, baseadas na estrutura, formas de vida, clima e *deficit* hídrico, o Brasil conta com florestas ombrófilas e estacionais; com campinarana; com savana; com estepe; com savana estépica; com sistemas edáficos de primeira ocupação (também conhecidos como formações pioneiras), entre os quais se incluem a vegetação de restinga, os manguezais e as comunidades aluviais; com sistemas de transição (ecótono e enclave); com sistemas dos refúgios vegetacionais (reliíquias); e os sistemas de vegetação disjuntos.

A floresta ombrófila pode apresentar-se nas formas densa, aberta e mista, sendo que a densa assume as fisionomias aluvial, de terras baixas, submontana, montana e altomontana. As estacionais dividem-se em decíduais e semidecíduais. Esta última, que, por sua vez, constitui o objeto de estudo do presente trabalho, classifica-se em aluvial, de terras baixas, submontana e montana. A vegetação de restinga, que mais apropriadamente deveria denominar-se vegetação psamófila costeira, pode apresentar-se nas formas arbórea, arbustiva e herbácea. Conquanto apresente grande homogeneidade ecológica, o manguezal tem uma parte arbórea e outra herbácea. Por fim, a vegetação com influência fluvial ou comunidades aluviais, assume o aspecto arbóreo com palmeiras, arbustivo e de campo graminoso.

Na ecorregião norte-noroeste fluminense e sul-capixaba, podemos ainda encontrar, potencial ou efetivamente, amostras de florestas ombrófilas densas submontana e montana, de florestas estacionais semidecíduais de terras baixas e submontana, de formações psamófilas costeiras (vegetação de restinga) arbóreas, arbustivas e herbáceas, de manguezais, de comunidades aluviais arbustivas e campestres e de ecótonos. Ao tempo em que Renato da Silveira Mendes publicou sua excelente e pioneira tese de doutoramento sobre a Baixada Fluminense, já existiam pelo menos quatro classificações da vegetação nativa no recorte brasileiro. Todavia, o geógrafo agrupa-as em “floresta tropical, campos, vegetação de brejos, mangues e vegetação de restinga”. Em seus mapas

² VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da Vegetação Brasileira, Adaptada a um Sistema Universal*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

³ IBGE. *Mapa de Vegetação do Brasil, escala 1:5000000*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988.

⁴ BRASIL. Ministério das Minas e Energia. *Projeto RadamBrasil*, vol. 32, Folhas SF.23/24 (Rio de Janeiro/Vitória). Rio de Janeiro: 1983.

sobre o recuo das matas, todas as formações vegetais nativas reúnem-se sob a rubrica *florestas*⁵.

Do interior para a costa, sucedem-se, na ecorregião norte-noroeste fluminense, as seguintes formações vegetais nativas: refúgios vegetacionais (campos de altitude) do Pico do Frade e da Pedra do Desengano, florestas ombrófilas, florestas estacionais, formações pioneiras de influência fluvial (campos de planície aluvial), formações pioneiras de influência marinha (vegetação psamófila costeira) e formações pioneiras de influência fluviomarina (manguezais).

Jorge Pedro Pereira Carauta e Elizabeth de Souza Ferreira da Rocha sustentam que, baseados em larga experiência de campo, os remanescentes florestais das margens direita e esquerda do Rio Paraíba do Sul revelam composições florísticas nitidamente diferentes. Os da margem esquerda, conforme os autores, guardam semelhanças marcantes com as florestas do Espírito Santo⁶. Com efeito, a fatores topográficos, climáticos e hídricos existentes à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, onde, no norte-noroeste fluminense, os Rios Pomba e Muriaé, sobressaem-se como os seus mais conspícuos afluentes, devem ser creditadas tais particularidades da fitofisionomia. Num polígono delimitado pelos Rios Pomba e Itabapoana, desenvolveram-se no passado viçosas florestas estacionais semidecíduais de terras baixas. Henrique Pimenta Veloso, Antonio Lourenço Rosa Rangel Filho e Jorge Carlos Alves Lima explicam que a floresta estacional semidecidual ou floresta tropical subcaducifólia

É constituída por fanerófitos com gemas foliares protegidas da seca por escamas (catáfílos ou pelos), tendo folhas adultas esclerófilas ou membranáceas decíduais. Em tal tipo de vegetação, a porcentagem das árvores caducifólias no conjunto florestal e não das espécies que perdem as folhas individualmente situa-se entre 20 e 50%. Nas áreas tropicais é composta por mesofanerófitos que revestem em geral solos areníticos distróficos [...]. Esta floresta possui dominância de gêneros amazônicos de distribuição brasileira, como por exemplo: **Parapiptadenia**, **Peltophorum**, **Cariniana**, **Lecythis**, **Tabebuia**, **Astronium** e outros de menor importância fisionômica (negrito no original)⁷.

Em se tratando do noroeste fluminense, a floresta estacional semidecidual, vale dizer, a que perde parte das folhas na estação seca, estende-se predominantemente sobre terras consideradas baixas pelos especialistas citados. Nesta configuração,

É uma formação encontrada freqüentemente revestindo tabuleiros do Pliopleistoceno do Grupo Barreiras, desde o sul da cidade de

⁵ MENDES, Renato da Silveira. *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950.

⁶ CARAUTA, Jorge Pedro Pereira e FERREIRA DA ROCHA, Elizabeth de Souza. "Conservação da flora no trecho fluminense da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul". *Albertoa*, Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, v. 1, n. 11, p. 128, mar. 1988.

⁷ VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Op. cit.*, p. 74.

Natal até o norte do Estado do Rio de Janeiro, nas cercanias de Campos bem como até as proximidades de Cabo Frio, aí então já em terreno quaternário (...) É um tipo florestal caracterizado pelo gênero **Caesalpinia** de origem africana, destacando-se pelo inegável valor histórico espécie **C. echinata**, o pau-brasil, e outros gêneros brasileiros como: **Lecythis** que domina no baixo vale do rio Doce, acompanhado por outros gêneros da mesma família Lecythidaceae (afro-amazônica) que bem caracterizam esta floresta semidecidual, tais como **Cariniana** (jequitibá) e **Eschweilera** (gonçalo-alves). Para terminar a caracterização desta formação, pode-se citar o táxon **Paratecoma peroba** (peroba-de-campos) da família Bignoniaceae, de dispersão pantropical, mas com ecótipos exclusivos dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais⁸.

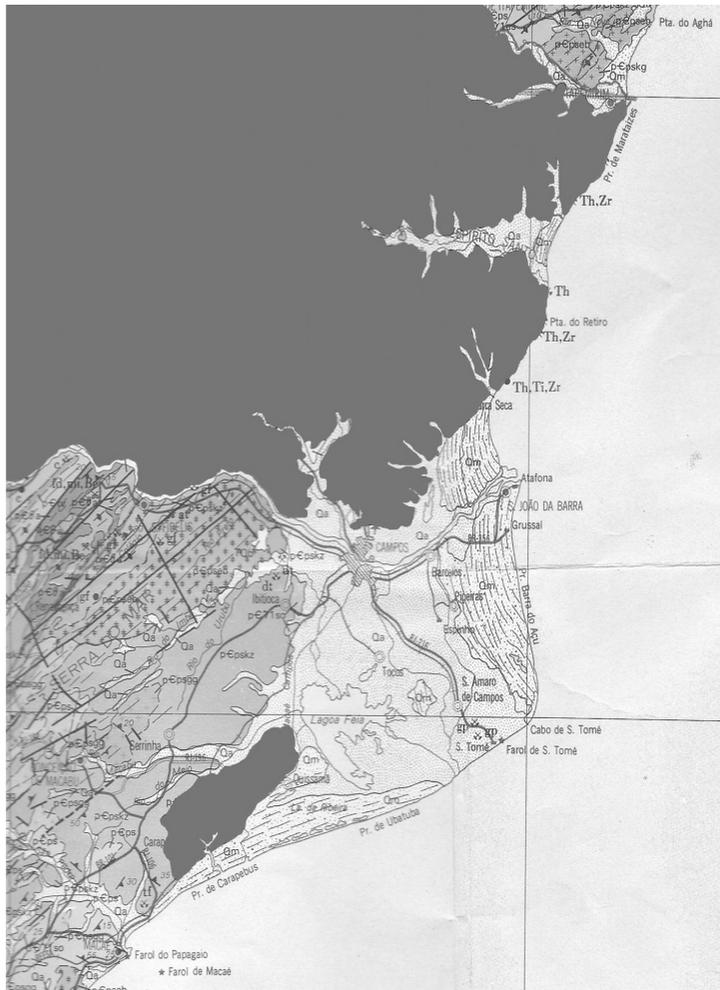


Figura 1 - Domínio da floresta atlântica estacional semidecidual no sul do Espírito Santo e no norte-noroeste do Rio de Janeiro. Concepção do autor sobre base cartográfica do Projeto RadamBrasil.

⁸ Id. *ibid.*, p. 76.

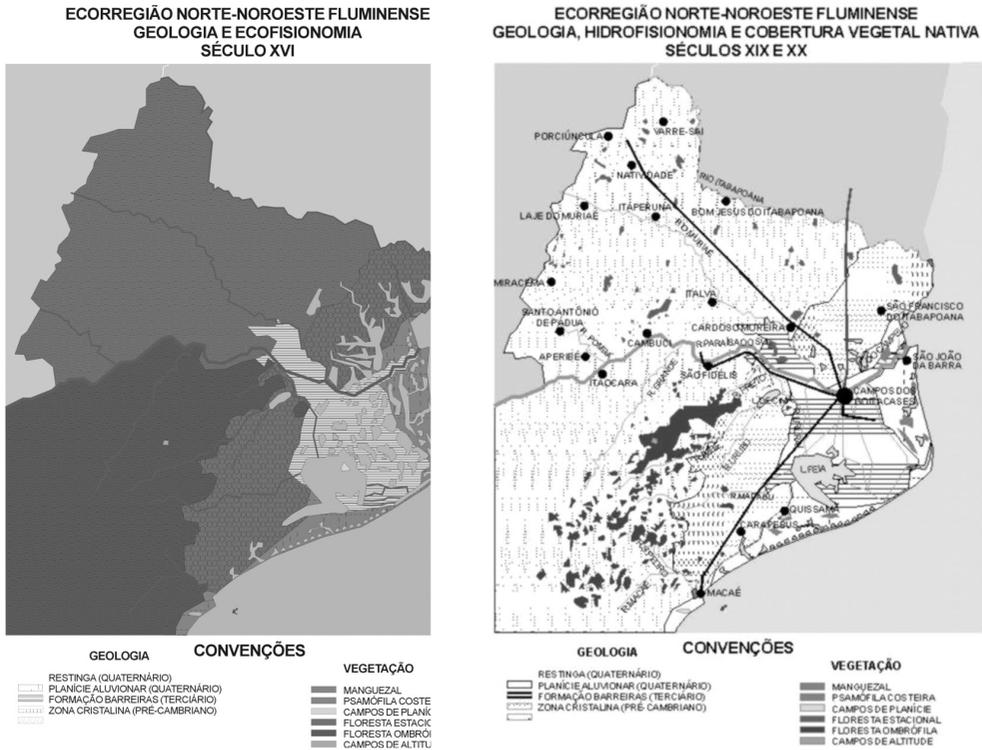


Figura 2 - Base geológica e formações vegetais nativas no norte-noroeste do Rio de Janeiro. O primeiro mapa estima a cobertura vegetal em 1500; o segundo mostra o estado das formações vegetais nativas atualmente. Concepção do autor.

Para um observador do século XVIII, a distinção entre floresta ombrófila e floresta decidual não existia. A massa florestal era vista como um todo, se bem que se percebesse a distinção entre as espécies existentes em seu interior. No entendimento de Couto Reis, além da planície, havia um segundo e um terceiro terrenos que, pela descrição, correspondem ao tabuleiro e à serra, onde medravam “matos grossos” e “preciosas madeiras”. No tabuleiro, as melhores madeiras eram encontradas no Sertão de Cacimbas, que terminava então no Rio Cabapuana ou Moribeca (Itabapoana)⁹.

Tão majestosas eram as matas que bordejavam o Rio Paraíba do Sul que o infatigável viajante Saint-Hilaire exclamou ao cruzá-las num ponto fora da região em estudo: “Do Paraíba até Farinha, que está afastada duas e meia léguas, atravessamos matas virgens sem encontrar uma única habitação, e sem lobrigar o menor indício de cultura”¹⁰. O mesmo autor, em outro livro, trata especificamente da mata estacional do norte-noroeste fluminense, a caminho do Espírito Santo. Narra ele que, distanciando-se

⁹ COUTO REIS, Manoel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás que por Ordem do Il^{mo} e Ex^{mo} Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, etc se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que debaixo de dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: manuscrito original, 1785. p. 2.

¹⁰ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. p. 43.

da Praia de Manguinhos, acabou por penetrar uma floresta no interior da qual caminhou durante muito tempo e só encontrou água doce num pequeno lago pantanoso. Numa clareira, finalmente deparou com escravos negros trabalhando numa plantação. Havia chegado à fazenda Muribeca, estabelecida ao pé de algumas colinas que, a sudoeste, limitavam uma planície estreita e comprida cercada de matas virgens, às margens do Rio Itabapoana¹¹.

Outro viajante a dar valioso testemunho acerca das florestas estacionais do noroeste fluminense foi o príncipe Maximiliano. Já influenciado pelo movimento do Romantismo, ele se encantou com as matas que avistou na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, em São Fidélis, que, em suas palavras, mostravam-se

Sombrias, densas, altas florestas que se alternam com verdejantes colinas, que se abeiram do rio e nas quais existem numerosas fazendas. Em alguns lugares, essas matas imensas e românticas vão longe, acompanhando o rio, e se estendem, sem interrupção, pelo interior adentro. Do cume sobranceiro das montanhas, divisam-se, embaixo, vales umbrosos interceptando o ermo agreste, completamente coberto pelos altaneiros gigantes da floresta, e cujo silêncio só de raro em raro é quebrado pelas passadas do Puri saqueador e solitário. [Pela margem esquerda do Paraíba, de volta a Campos] penetramos, em seguida, numa sombria e majestosa floresta, onde vojavam lindíssimas borboletas¹².

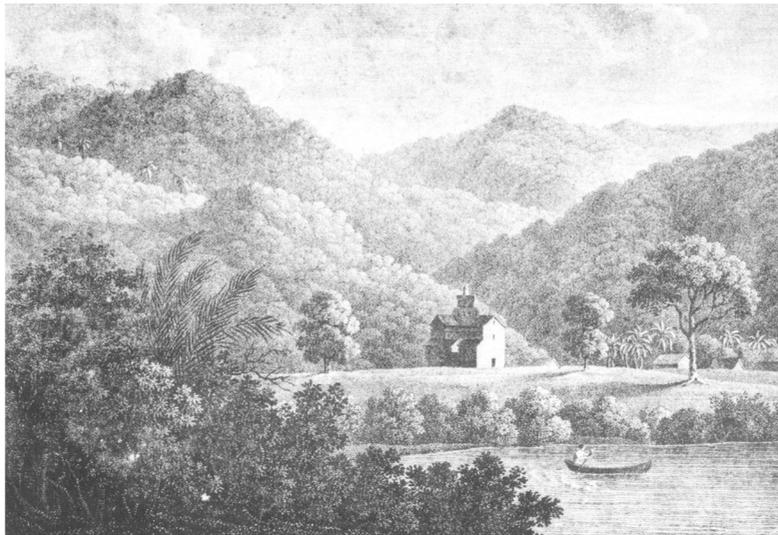


Figura 3 - São Fidélis pela pena de Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1815, depois redenhada por artista alemão desconhecido. Em primeiro plano, o Rio Paraíba do Sul; em segundo plano, a matriz e o casario; ao fundo, as “românticas” florestas estacionais.

¹¹ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. p. 211.

¹² WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989. p. 107 e 116.

Rumando para o Espírito Santo pelo caminho então existente, percorrido logo depois também por Saint-Hilaire, o naturalista alemão registrou em seu livro a espessa e extensa mata de tabuleiro que era interrompida pela famosa fazenda de Muribeca, às margens do Rio Itabapoana:

Depois de termos caminhado algumas léguas por essa praia, uma picada levou-nos a algumas lagoas rodeadas de eminências silvestres. Toda a nossa tropa estava com uma sede ardente; apeamos, por isso, para nos saciar, mas, com grande aborrecimento nosso, verificamos que as marés tornavam salobra a água dessas lagoas (...) Uma trilha, vinda da costa, cedo nos conduziu, através de espessos bosques, a uma grande floresta (...) Na escura e imponente mata virgem achamos bonitas plantas, e o soberbo *Convulvulus* de flores azul-celeste enlaçava-se nos arbustos, até grande altura. O pio forte e grave do “juó” [jaó ou zabelê, *Crypturellus noctivagus*, Wied, 1820], em três ou quatro notas, é ouvido, nessas matas imensas, em todas as horas do dia e mesmo à meia-noite¹³.

Como se pode verificar, as palavras de Maximiliano, concernentes à salinidade das águas de lagoas de restinga e às florestas do sertão de São João da Barra, serão confirmadas três anos depois de sua passagem em direção à Bahia pelo seu colega Saint-Hilaire e endossarão as observações de Couto Reis. A Tschudi, que vem do Espírito Santo para o Rio de Janeiro, não passam despercebidas, igualmente, as pujantes matas que verdejam no sertão de São João da Barra e na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul em geral¹⁴.

Para o Rio Muriaé, a melhor descrição da cobertura vegetal nativa nos foi legada pelo naturalista amador Antonio Muniz de Souza. Proveniente de Sergipe e permanecendo em Campos nos anos de 1827 e 1828, ele subiu o último afluente do Paraíba do Sul até um ponto em que não mais encontrou marcas da civilização europeia. Ele exalta as belezas encontradas no vale do rio tanto quanto suas potencialidades econômicas. Ao lado de uma condenação ao desmatamento desenfreado, há um projeto de desenvolvimento a partir de uma exploração da natureza entendida como racional. Pouco depois do primeiro desnível d'água, onde hoje se ergue a cidade de Cardoso Moreira, Muniz de Souza chega ao córrego Carqueja, caudaloso afluente do Muriaé junto ao qual encontra os últimos engenhos. Mais acima ainda, ficavam oito sítios que haviam sido instalados recentemente. Depois deles,

[...] todo o mais, tanto de um como de outro lado, o centro se acha inculto; e do último sítio para cima até demandar com limites de Minas é uma mata imensa, onde se observa um profundo silêncio, ouvindo-se apenas o sonoro gorjeio dos pássaros; o ruído das árvores agitadas pelo vento, e o murmúrio das águas. Que copadas e

¹³ Id. *ibid.*, p. 124 e 125.

¹⁴ TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 15 e 25.

frondosas árvores de robustos e corpulentos troncos! Que fecundos terrenos! Que varjarias! Que abundância de madeiras preciosas, e de construção! Que perspectiva agradável apresenta o rio! Tudo finalmente oferece uma face risonha como que convidando os homens a cultura de terrenos tão produtivos¹⁵.

Após sua morte, um amigo de Muniz de Souza reuniu seus escritos esparsos em livro, dando ao seu autor o epíteto de “O Homem da Natureza”¹⁶. Vê-se claramente, porém, que a natureza, no seu pensamento, aparece como um estoque de riquezas que deve ser explorado judiciosamente, é bem verdade. De qualquer forma, trata-se de uma visão instrumentalizadora, como, de resto, acontece com José Bonifácio de Andrada e Silva, Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Nabuco e André Rebouças, todos eles implacáveis críticos da exploração rasa das florestas com fogo ou com machado.

A melhor informação sobre as florestas que margeavam o Rio Pombo no século XIX foi deixada pelo naturalista alemão Hermann Bursmeister, tão ou mais romântico que Maximiliano. Saindo do Rio de Janeiro em direção a Minas Gerais, em setembro de 1850, pelo caminho da serra, ele passou por Nova Friburgo, Cantagalo e chegou a São José de Lionissa da Aldeia da Pedra, atual Itaocara, originalmente redução indígena erigida na confluência do Rio Pombo com o Rio Paraíba do Sul. A floresta tropical do tipo estacional deixou o estudioso completamente fascinado. Árvores altíssimas, fustes grossos, complexidade interna jamais vista nas comportadas florestas temperadas da Europa, rica biodiversidade e tantas outras características levaram-no a não poupar encômios àquela vegetação luxuriante. Atualmente, custa-nos crer que ela tenha existido na região, hoje em franco processo de aridez.

Passando pelo cume da Serra do Mar, ele pôde perceber com clareza a diferença entre a vegetação de altitude e as matas estacionais do vale do Rio Pombo. É com deleite que um espírito rousseauiano lê suas palavras cento e cinquenta anos após a sua jornada pelos então ínvios sertões do Pombo.

A selva, naquele solo formado por um pântano escuro e fértil, junto dos grandes rios da planície, era muito diferente da mata que até então encontráramos, em regiões mais elevadas e montanhosas, nas faldas e nos cumes, menos vigorosa. As árvores não somente eram mais altas, mas também mais majestosas, e o matagal e as moitas tão densos que não se podia ver as altas copas. Eu, que já conhecera exemplares gigantescos nas matas brasileiras, admirei, surpreso, os colossais troncos, que ali havia, e a densidade das árvores menores e mais delgadas, que os rodeavam. Era impossível distinguir-se, por entre a cerrada folhagem de suas copas e o

¹⁵ SOUZA, Antonio Muniz de. *Viagens e Observações de um Brasileiro que Desejando ser Útil à sua Pátria, se Dedicou a Estudar os Usos e Costumes de seus Patrícios, e os três Reinos da Natureza em Vários Lugares e Sertões do Brasil*. Rio de Janeiro: Rua de Traz do Hospício, 1834. p. 133.

¹⁶ *Máximas e Pensamentos Praticados por Antonio Muniz de Souza, o Homem da Natureza, Natural da Província de Sergipe D'El Rei, em suas Viagens pelos Sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um seu Amigo*. Niterói: Tip. Niteroiense de M. G. de S. Rego, 1843.

entrelaçamento de suas ramagens, a forma destacada de uma delas. Nas abertas, entre os troncos, onde não havia vegetação menor, é que se podia ver o quanto estes eram altos e despídos até o cimo e a altura vertiginosa em que espalhavam suas copas impenetráveis à vista. Tive ocasião de medir uma árvore abatida, que apresentava a grossura de $2^{3/4}$ polegadas e o comprimento de 32 pés até os primeiros galhos. Árvores muito fortes não eram freqüentes. A mais grossa que vi devia medir uns 8 pés de diâmetro; estava perto de uma choupana de 'puris', mato adentro, além do rio da Pomba. É bem provável que estes troncos retos e altos, que se encontravam próximos às grandes árvores, antes houvessem sido cipós, que, com o decorrer do tempo, se esticaram, devido ao crescimento das plantas que os suportavam. Era muito raro encontrar-se neste mato as parasitas que não se alimentam da seiva das árvores, em cujos troncos ou ramos vegetam, mas que recebem seu alimento do ar e da água, que fica depositado nas fendas das cascas depois das chuvas [epífitas]. Estas, aí, nas partes inferiores dos troncos, não podiam receber ar bastante para medrarem, e, por isso, subiam até atingirem as copas das árvores. Eis um dos motivos pelos quais nas partes baixas se encontravam muito menos formações de folhas. As sombras densas, o ar mais úmido e frio, o espaço escuro entre os troncos, não convêm às parasitas, que carecem dos raios quentes do sol e que produzem, por esta mesma razão, muito menos flores aromáticas e vivas em colorido do que em outros lugares mais abertos. Nessa parte da selva não encontrei uma só flor, nenhuma orquídea ou bromeliácea balouçava aí nos galhos das árvores, sob o impenetrável teto verde que cercava a vista. Nos pontos mais elevados dos troncos não se via outra coisa senão uma densa rede de folhas oscilando nas alturas¹⁷.

Embora o naturalista tivesse seu interesse mais voltado para as espécies de lepidópteros e confessasse dificuldades em observar a floresta mais detalhadamente por marchar em montaria no meio de caminho perigoso, não se sabe de descrição mais completa da estrutura de uma floresta tropical de quantos passaram pela ecorregião nortenoeste fluminense, figurando nela os estratos florestais, o epifitismo e o microclima. Isto sem falar na identificação de espécies vegetais, que não convêm mencionar aqui.

Nesta passagem, o Burmeister cientista. Na seguinte, selecionada entre tantas outras, cada qual mais rica que a outra, o Burmeister romântico e contemplativo. Comparando a vegetação nativa de regiões elevadas com a floresta estacional, ele se extasia:

De um lado, temos a natureza verdejante, frágil, graciosa e alegre, que atrai e encanta; de outro, a formação gigantesca, majestosa e serena, que nos enche de deslumbramento e contrição e que convida a meditações sérias, como se entrássemos numa catedral

¹⁷ BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil Através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. p. 170.

gótica de impressionantes proporções. Não há outro sentimento que se possa comparar ao que se apossou de mim, ao atravessar e contemplar a selva brasileira, senão o que me invadiu quando, extasiado, admirei as catedrais de Colônia e Magdeburgo, Notre Dame ou Westminster. Se era a obra do homem que aí me impressionava pela sua perfeição e inspiração, era aqui a natureza viva, que, em sua atividade incessante, produz as maiores maravilhas concebidas pela imaginação humana [...]. As impressões profundas que ali recebi fizeram empalidecer qualquer outra até então sentida. Mesmo hoje, ao escrever estas linhas e ao rememorar o aspecto majestoso da paisagem, não posso deixar de sentir-me impressionado. Lembro-me ainda do êxtase que de mim se apoderou quando contemplei e senti a profunda paz daquela mata silenciosa, através da qual a vereda seguia sinuosa, ora mergulhando nas sombras, atrás de uma árvore, ora surgindo mais nítida, a pouca distância, fazendo mil e uma voltas e perdendo-se de vista a cada instante, devido à meia luz e à impenetrabilidade da selva¹⁸.

Inúmeras são as passagens relativas às selvas tropicais estacionais no relato de Burmeister, e a sua leitura nos convida à reverência.

Depois dos campos gramíneos nativos, o ecossistema que mais sofreu adulteração no norte-noroeste fluminense e sul-capixaba, foi o das florestas estacionais. Já o relatório do Marquês de Lavradio, acompanhado de uma relação de 1778, informa ao seu sucessor que

Aquele distrito [dos Campos dos Goitacases] é importantíssimo e digno de merecer os particulares cuidados de V. Exc.: há nestes vastíssimos campos, muito férteis e de grandíssima produção, o açúcar; e toda a casta de mantimentos produzem com muita diferença das outras partes. Tem muitas e excelentes madeiras, admiráveis bálsamos, óleos, gomas, e muitas outras drogas preciosas, com que se pode aumentar o comércio, e até tem excelentes minas de ouro [...]. Tem muitos rios navegáveis, e em que hoje se principia a fazer bastante comércio¹⁹.

Com efeito, o vice-rei com vocação para déspota esclarecido mandara vir madeiras, óleos, bálsamos, gomas e arbustos de todos os distritos da capitania, remetidos à Corte para serem examinadas as suas utilidades e o seu aproveitamento econômico. A relação coloca a madeira entre os produtos da ecorregião, esclarecendo que, “Na conta do taboado não se compreendem Tapinhoás, nem perobas porque destas, só vão

¹⁸ Id. *ibid.* p. 170 a 172.

¹⁹ LAVRADIO, Marquês de. “Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado”. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* tomo IV. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tip. de João Ignacio da Silva, 1863. p. 422 e 475; LAVRADIO, Marquês de. “Relação” que acompanha o Relatório entregando o Governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que o sucedeu no Vice-Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVI, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915. p. 333 e 340 a 342.

as quantidades que mandam as receitas da Fazenda Real.” O documento arrola ainda seis engenhocas de açúcar e de aguardente que haviam parado de funcionar por falta de lenha, não esclarecendo se por esgotamento das reservas florestais dos proprietários ou se por falta de dinheiro para adquirir o combustível necessário. Adianta ainda que o Sertão das Cacimbas, conquanto não contasse com boas terras, era rico em matas de onde se extraía madeira para a fabricação de canoas²⁰. Mas os solos férteis apenas começavam a ser sugados e as matas de tabuleiro a perder a virgindade. Para os europeus e seus descendentes, miscigenados ou não, e para os trabalhadores (escravos ou livres) nativos e africanos, submetidos a uma economia de mercado, a natureza não humana do distrito de Campos dos Goitacases, parte importantíssima da colônia do Brasil, a juízo do Marquês de Lavradio, aparecia como inexaurível e passível de exploração *ad infinitum*. Vivia-se, então, a síndrome da inesgotabilidade, que ainda hoje povoa o imaginário dos desenvolvimentistas exponencialistas.

Sete anos depois, o capitão Couto Reis efetuou inventário das riquezas florestais da região, condenando a remoção irracional das matas mediante machado e fogo, sem aproveitamento das árvores como combustível e matéria prima. No seu relatório, considera o Sertão de Cacimbas um dos terrenos mais férteis do distrito, ricos das melhores madeiras e propícios a qualquer cultivo, não obstante dominado por senhores com léguas e léguas de terras que não conseguem explorar por falta de recursos. A natureza alagadiça da planície aluvial, com suas incontáveis lagoas, banhados e brejos, e a impenetrabilidade das matas sitas à margem esquerda do Rio Paraíba do Sul levaram o sistema econômico exógeno a valer-se da intrincada rede fluvial como via de transporte. Assim é que o militar topógrafo notou o escoamento de madeiras pelo Rio Macaé, por onde navegavam regularmente quatro pequenas sumacas para o Rio de Janeiro transportando também açúcar. O Rio Ururá oferecia excelente caminho para conduzir madeiras do sertão, opondo apenas o inconveniente de sua sinuosidade, que poderia, por sugestão dele, ser vencida com um encurtamento por meio de cortes retílineos. O Rio Muriaé, por seu turno, já bem ocupado por engenhos na margem esquerda, abundava de “estimáveis madeiras”. O grande escoadouro, porém, era o Rio Paraíba do Sul, que não só permitia o traslado de madeiras para o porto de São João da Barra, por onde eram exportadas, como ele próprio contava com espécies lenhosas nobres em suas margens e ilhas. Matas também havia em exploração ou por serem exploradas, tanto nas margens dos Rios Imbé (àquela época, praticamente virgem) e Macabu (cujo abandono foi condenado por Couto Reis) quanto nas bordas das Lagoas de Cima e das Pedras. As matas existentes nas cercanias da Lagoa do Jesus (capões do Louro, das Caporocas e outros menores) e nas margens alagáveis da Lagoa da Piabanha e do Brejo do Martinho classificam-se melhor como matas higrófilas de várzeas do que como matas estacionais. O próprio Couto Reis percebe, com clareza, que as terras planas situadas à margem meridional do Paraíba contavam com matas menos abundantes que as terras de elevação

²⁰ Id. *ibid.*

mediana e alta que ladeiam os principais rios da região, com destaque especial para o sertão de Cacimbas (atual município de São Francisco de Itabapoana). Ele alude também a uma relação das madeiras de lei em página que não se encontra no manuscrito.

Embora se revelasse um ardoroso defensor da exploração das florestas, Couto Reis, entretanto, impreca duramente contra as práticas predatórias tão disseminadas entre os produtores rurais, advertindo que

... a barbaridade das gentes, que as deviam estimar e domesticá-las concorre muito para destruí-las, avaliando em pouco os belíssimos produtos da natureza. Elas, por um extravagante divertimento, deitam abaixo uma admirável e frondosa árvore, a fim de se utilizarem meramente ou de quatro frutas ou de uma colmeia. Qualquer pessoa pouco instruída na carpintaria, porque carece de certa porção de madeira, não tem dúvida em cortar uma corpulenta e preciosa árvore; apenas serve-se da que necessita deixando o que resta à consumição do tempo; e muitas vezes de nenhuma pequena parte se utiliza; porque lhe saiu fora das dimensões do seu tosco projeto: então vai cortar e destruir outras em até acertar. Se sucedeu enroscar-se alguma com os galhos de outra, na ação de cair, vão todas as que servem de obstáculo abaixo [...]. Este o selvajado costume, que motivará um considerável prejuízo, e total destruição das melhores madeiras, pela presunção de que nunca haverá tempo em que falem, menos lembrados, que nem em um século se poderão renovar²¹.

Não deixa de ser admirável a antevisão desse militar, que não se permitiu dominar pela síndrome da inesgotabilidade que imperou numa colônia de vastas e ricas extensões territoriais. Impressiona o seu senso ético em relação à arrogância dos habitantes do Distrito dos Campos dos Goitacases, aos seus hábitos perdulários, aos povos indígenas remanescentes e à natureza não humana. E tudo sem renunciar a uma visão utilitarista tipicamente ocidental que, nele, se mostra limitada por uma atitude morigerada diante da natureza não humana e das antropossociedades. Seu clamor parece mais contundente que o de um José Bonifácio ou o de um Januário da Cunha Barbosa, que, entretanto, tiveram mais eco pela reputação que granjearam nas suas vidas públicas.

O futuro previsto por Couto Reis para a floresta estacional já se tornava presente na sua época, todavia. Tornando mais explícita a relação oferecida pelo Marquês de Lavradio a seu sucessor, ele salienta que

[...] algumas situações presentemente carecem delas [madeiras e lenhas], e já as conduzem de mais longe, por se terem acabado as que havia perto, talvez por falta de uma prudente e precisíssima economia; mas a natureza da terra é tão benigna que tudo remedeia

²¹ COUTO REIS, Manoel Martins do. *Op. cit.* p. 31 a 33.

com prodigiosa fertilidade; porque, cortados os matos para fatura de lenhas, dentro em 3 ou [ilegível] anos crescem e se constituem capazes de servirem novamente²².

Em 1815, na fazenda Muribeca, às margens do Rio Itabapoana, Maximiliano de Wied-Neuwied escreve que “O trabalho é bastante árduo para os escravos; consiste principalmente em derrubar as matas. Plantam-se mandioca, milho, algodão e um pouco de café.”²³ Saint-Hilaire vai mais longe nas suas observações e comentários. Ele anota que o principal produto comercializado em Macaé e em São João da Barra era a madeira. Nas matas virgens, são derrubadas as árvores mais portentosas e transformadas em tábuas. Há quem as envie em estado bruto diretamente para o Rio de Janeiro, porém os menos abastados preferem vendê-las a negociantes das próprias cidades. As árvores mais frequentemente exploradas são o jacarandá (de ótima madeira para a marcenaria), o araribá, a canela, o vinhático (de lenho amarelo e quase incorruptível, apropriado para a marcenaria e a construção naval), a cacheta (substituto do pinho europeu), o óleo (empregado na carpintaria) e outras mais. Em seguida, vaticina:

É de crer [...] que devido à imprevidência do cultivador, esse comércio tende a diminuir e desaparecer. Aqui, e provavelmente em todo o Brasil, não há, como na Europa, o uso de explorar inteiramente uma certa extensão de floresta; escolhem-se aqui e acolá as árvores que se quer cortar e o lenhador as abate à sua altura, para não ter necessidade de curvar o corpo no trabalho. Mesmo que as árvores fossem abatidas ao nível do solo, os tocos, privados de ar e logo abafados pelas lianas não poderiam produzir brotação [...] Quando passei por Macaé as belas árvores já começavam a se tornar raras e freqüentemente eram procuradas em florestas muito distantes da embocadura do rio. Assim, enquanto que de um lado os brasileiros ateiam fogo a imensas florestas, sem outro proveito que o de um adubo passageiro, de outro lado, quando exploram árvores preciosas, fazem-no de modo a concorrer para a extinção de suas espécies²⁴.

Mais uma vez, nos deparamos com um depoimento tratando da síndrome de inextinguibilidade e do desejo de ganhos fáceis e rápidos, sem qualquer preocupação com o futuro. A abundância levava a uma racionalidade perversa de queimar a vela pelas duas pontas: a queimada pura e simples para abrir espaço, com grande desperdício, e o corte raso, que acarretava acumulação com o material lenhoso e com a agropecuária desenvolvida nas terras desnudas de sua cobertura vegetal primeva.

Mas Saint-Hilaire não se detém em suas considerações acerca dos efeitos negativos do desflorestamento. Ao chegar a Campos dos Goitacases, ele percebe com

²² Id. *ibid.*

²³ WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Op. cit.* p. 127.

²⁴ SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974. p. 184, 185 e 200.

agudeza a insustentabilidade ecológica das atividades econômicas, revelando o quadro de destruição que já naquela época (1818) se delineava. Traça, então, o seguinte perfil:

Como não existem florestas nos arredores da cidade de Campos, a madeira com que se confeccionavam as caixas de açúcar, e as pipas para aguardente vêm principalmente de S. Fidélis. A que se emprega nas caixas chama-se *jacatiba*. Poucas madeiras servem para o fabrico de pipas, porque na maioria tingem mais ou menos a aguardente de cana, e no Brasil ela é preferida cristalina. A Laurácea chamada *canela*, apesar de empregada em tanoaria, tem, entretanto, o defeito de comunicar certa coloração à bebida; também dão preferência ao *louro* que provavelmente pertence ao grupo das Lauríneas e que, produzindo agradável odor não dá à cachaça a mínima coloração. O *tapinhuáu* é outra madeira da qual se servem para fazer pipas; na verdade o governo, querendo reservá-la para a construção naval, proibiu sua exploração; mas, ninguém liga importância a uma proibição de que a administração não tem meios de fazer respeitada [...] [Os habitantes de Campos dos Goitacases] Deviam principalmente construir fornos mais econômicos e cuidar, como já têm feito alguns cultivadores de empregar o bagaço na alimentação do fogo e das caldeiras. Com efeito, a escassez de lenha faz-se sentir cada vez mais, sendo de temer sejam, breve, vários proprietários de usinas obrigados a cessar seus trabalhos [...] os primeiros habitantes dos Campos dos Goitacases apenas cuidavam da pecuária; para formar as pastagens eles incendiaram suas florestas, e, em muitos lugares somente arbustos e árvores esparsas podem fornecer combustíveis. Na verdade existem ainda matas muito próximo da cidade de Campos; mas pertencem a homens que as não venderão, porquanto são também possuidores de usinas, e quererão conservar suas caldeiras em atividade pelo maior prazo possível. Induzir os brasileiros ao plantio de árvores destinadas à lenha é, para eles, expor-se ao ridículo; entretanto continuam destruindo e incendiando suas florestas com tamanha perseverança que, se não quiserem tornar desertas grandes zonas do país, serão cedo ou tarde forçados a replantar as matas [...]. O primeiro que plantar um tufo de mata no distrito de Campos dos Goitacases, merecerá, ousamos dizer, a gratidão do país²⁵.

Esta página do naturalista francês é primorosa sob vários aspectos. Primeiramente, revela que a agroindústria do açúcar e da aguardente dependiam em quase tudo das florestas higrófilas da planície aluvial ou da floresta estacional. Quem vivia só da pecuária, ampliava suas pastagens, uma vez ocupados os campos gramíneos, à custa da remoção das matas, seja com o machado seja com o fogo, podendo ou não vender as árvores derrubadas como lenha ou madeira, num procedimento sempre perdulário. O produtor de cana, com escravo ou sem escravo, com engenho ou sem engenho, desmontava também os ecossistemas florestais nativos com o fogo ou com o machado,

²⁵ Id. *ibid.*

aproveitando ou não o material lenhoso como combustível e/ou madeira. Os fornos rudimentares dos engenhos eram aquecidos com lenha nativa, exceto alguns poucos, que já empregavam o bagaço como combustível, informação extremamente valiosa, pois julgava-se que o uso da cana moída nas caldeiras tratava-se de uma técnica introduzida em fins do século XIX. A propósito, o cosmopolita bispo Azeredo Coutinho, natural de Santo Antônio de Guarulhos, denunciava, em memória publicada em 1791, a irracionalidade no uso de combustível lenhoso pelos engenhos²⁶. As caixas para embalar o açúcar e os tonéis para acondicionar a aguardente eram feitos de madeira. A própria edificação rural, que geralmente abrigava, ao mesmo tempo, o engenho e o alambique, a casa do senhor e a senzala, empregava muita madeira em sua construção, tanto quanto as residências urbanas dos ricos proprietários e daqueles que, de alguma forma, estavam ligados ao açúcar, como os comerciantes atacadistas. Isto sem falar no carro de boi, que transportava a cana do campo para a fábrica e da embarcação, que transportava o açúcar e a aguardente para os portos de São João da Barra e de Imbetiba, onde eram exportados.

Em segundo lugar, aponta para um traço de ordem psicológica e cultural: o replantio de árvores era encarado como um gesto ridículo, numa natureza que se supunha inexaurível; e a aplicação das leis tornava-se praticamente impossível num país de dimensões continentais, o que gerava nos espíritos um forte sentimento de impunidade. Até hoje, ambas as atitudes predominam. É bem verdade que o cultivo de árvores se impõe cada vez mais. Ele deve ser visto, porém, antes como lavoura que como restauração de ecossistemas nativos, pois segue os padrões de qualquer cultivo: lavoura monoespecífica com essências de ordinário exóticas (dos gêneros *Eucalyptus*, *Pinus* e *Gmelina*, preferivelmente) para fins econômicos. Quanto à observância da legislação ambiental, bem mais aprimorada que a do século XIX, o fosso entre o Brasil legal e o Brasil real continua existindo, com os desmatadores apostando na impunidade. Por fim, cumpre ressaltar que as previsões de Saint-Hilaire, como, de resto, as de José Bonifácio, Euclides da Cunha, Alberto Torres e as de alguns outros autores, acabaram por se realizar: as florestas, julgadas inesgotáveis, acabaram. Percorrendo a zona de tabuleiro nos dias que correm e encontrando um solo em franco processo de aridez, custa crer que toda ela foi coberta, outrora, de pujantes e complexas matas.

Voltando a acompanhar Antonio Muniz de Souza na sua incursão Rio Muriaé acima, já no início de sua viagem, ele registrou 48 engenhos e algumas olarias em suas margens, valendo-se todos das abundantes florestas que ornaram as ilhas e as margens do último afluente do Rio Paraíba do Sul e estendem-se pelo interior dos impérvios sertões²⁷.

Mais a oeste e anos mais tarde, Hermann Burmeister explora cientificamente o

²⁶ AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. "Memória sobre o preço do açúcar". In: _____. *Obras Econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. p. 178 e 179 (nota de rodapé).

²⁷ SOUZA, Antônio Muniz de. *Op. cit.* p. 135 e 137.

Rio Pomba, outro afluente do Paraíba do Sul pela margem esquerda. Como já se viu, as luxuriantes florestas estacionais provocam arroubos de deslumbramento no seu espírito romântico. Entrementes, ele não deixa de notar o processo de desmatamento que se verificava mais intensamente no interior, com o índio sendo usado nos trabalhos de derrubada e de transporte das árvores. Seu contato com o Rio Paraíba do Sul e com as florestas estacionais deixou-o deslumbrado. Sobre o Rio Paraíba do Sul e suas ilhas, na altura de São José de Lionissa da Aldeia da Pedra, hoje Itaocara, exclama:

A região é uma das mais belas que vi no Brasil. Tanto rio acima, partindo da praça da igreja, como rio abaixo, desde a fazenda situada atrás do ribeirão da Água Preta, desfruta-se uma lindíssima e pitoresca paisagem. O Paraíba, para o Brasil, não passa, contudo, de um pequeno rio. Tendo o tamanho do Reno e a largura que este atinge em Colônia, seu aspecto é, porém, mais encantador, por causa das muitas ilhas cobertas de mato e das formações rochosas do Morro da Pedra. No meio do rio, encontra-se a ilha de Nossa Senhora e, do outro lado, a casa do balseiro. Em toda parte, veem-se pequenos rochedos e pedras, uns cobertos de vegetação, e outros completamente nus, emergindo das águas; rio acima, apresenta-se ainda ilhas maiores, que se espalham na superfície líquida. O Morro da Pedra é um cone de granito isolado, completamente coberto de mata até as margens do rio; somente num lugar, no lado esquerdo, atrás de uma fazenda, nota-se uma pequena roça. Um pouco além, na margem esquerda, encontra-se a desembocadura do rio da Pomba no Paraíba, sendo a região aí uma vasta planície pantanosa, coberta de cerrada mata até a alta serra das Frexeiras. Esta floresta é ainda completamente virgem e constitui o abrigo das tribos de índios que, em seu estado de semicivilização, gozam a proteção do governo contra a invasão dos colonos, vivendo aí em estado bastante primitivo²⁸.

Azeredo Coutinho, em fins do século XVIII, apresentara a proposta de “civilizar” os índios, não por meio de atividades que lhes eram estranhas, mas por meio d aquelas que lhes eram familiares, como a pesca e o corte de árvores.

Os índios – diz ele – são excelentes falquejadores e serradores de madeira e deitam abaixo grandes árvores e matos com muita presteza e vigilância, de sorte que não é fácil cair sobre eles algum madeiro, como muitas vezes acontece com os pretos, que pela maior parte não são tão ligeiros como eles, nem tão vigilantes, e por isso, mais arriscados no trabalho de cortar os matos²⁹.

Acrescenta ainda que os índios alugam-se para cortar madeira, ofício que exercem com muita destreza³⁰. Também Muniz de Souza nota que, em São Fidélis e na Aldeia da

²⁸ Id. *ibid.* p. 165.

²⁹ AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. “Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias”. In: -_____. *Op. cit.* p. 98 e 119.

³⁰ Id. *ibid.*

Pedra, “Todos os Índios se empregam efetivamente em tiradas, e conduções de madeiras de que abundam as margens do rio (...) para cujo trabalho parece terem nascido”³¹.

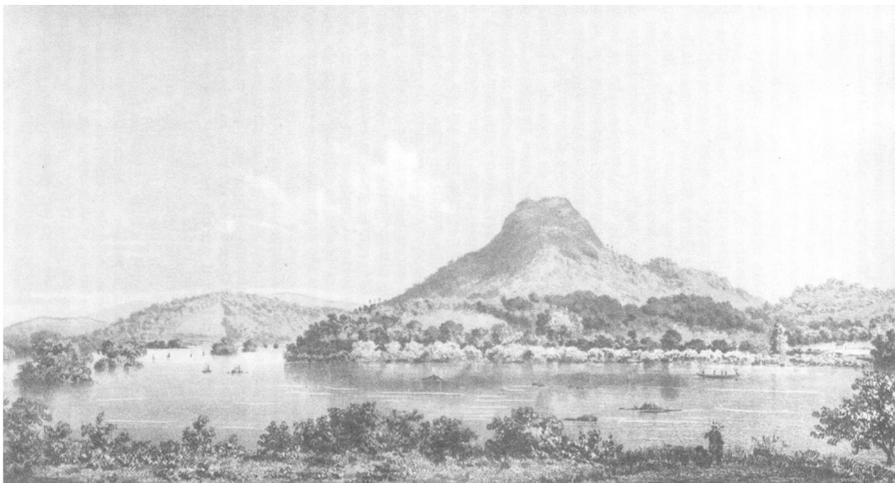


Figura 4 - Rio Paraíba do Sul na altura de São José de Lionissa da Aldeia da Pedra (Itaocara), na visão de Hermann Burmeister.

No testemunho de Burmeister, os índios que praticavam o corte de árvores já estavam aculturados e sedentarizados, cultivando mandioca, laranjeiras e bananeiras junto a suas moradias, sem, contudo, se preocuparem em acumular reservas de mantimentos. Usavam já trajes europeus e, para obtê-los,

Empregam-se como diaristas nas fazendas mais próximas, para abater e transportar madeira. Nesses serviços, levam os toros até o rio – longe do qual nenhuma tribo pode existir – numa espécie de trenó que pertence ao fazendeiro. Uma vez lançados à água os paus, são amarrados de modo a formarem uma espécie de balsa ou jangada. É neste gênero de transporte que os índios são excelentes, pois ficam semanas a fio sobre os troncos que flutuam. A família toda acompanha o chefe nesta tarefa. Durante o dia, deixam que a correnteza vá levando a balsa, à qual, de quando em vez, é dada a direção necessária; à noite, amarram-na num ponto qualquer e a família descansa em terra. Nos lugares acidentados, atiram-se à água e conduzem a balsa, da melhor maneira possível, por sobre os obstáculos. Todos os índios são aquáticos, tomam diariamente seu banho, nadam e mergulham com grande habilidade e são muito mais limpos e higiênicos que os mulatos e negros. Assim é que conduzem os toros pelos rios da Pomba e Muriaé até o Paraíba e daí até Campos ou ao mar. Com o dinheiro ganho compram peças de roupa, que encontram em todas as vendas, pólvora, chumbo e outros utensílios, como facas e tesouras, para o uso diário. Eis tudo o que um índio civilizado possui³².

³¹ SOUZA, Antônio Muniz de. *Op. cit.* p. 148.

³² BURMEISTER, Hermann. *Op. cit.* p. 160.

O naturalista alemão aduz ainda outras informações concernentes à destruição que já se operava nas frondosas matas estacionais da bacia do Rio Pomba. Aqui e ali, depararam-se, ele e sua comitiva, com clareiras abertas para a implantação de pastagens ou de lavouras que enfrentavam a resistência dos troncos restantes do corte, com muita dificuldade, desarraigados ou então inviabilizando o empreendimento. Quando de sua viagem, os pioneiros já chegavam à Serra das Frexeiras, em brenhas arcanas. Em relato impregnado de sentimento, exclama que,

Em frente a aldeia [de Capivari], na baixada do rio, estendia-se um caminho bastante amplo, do qual apontavam ainda troncos e restos de árvores da selva derrubada. Entre estes, havia um enorme tronco com galhos, do qual pendiam alguns cipós ressequidos e até umas velhas bromeliáceas, que sobreviviam nos ramos mais antigos; a árvore era tão forte que não a puderam derrubar, e assim ela ficou. Entre suas raízes, a população enterrava seus mortos – como que num ato de expiação para com aquele gigantesco tronco assassinado³³.

Não há dúvida de que a exploração florestal predatória foi uma das maiores fontes de recursos monetários do norte-noroeste fluminense. Recursos muito desigualmente distribuídos, diga-se de passagem, e nem sempre retidos na ecorregião. Aos índios aculturados, aos escravos, aos trabalhadores assalariados e aos pequenos ruralistas – proprietários ou não – cabia a ingente tarefa de remover a cobertura vegetal nativa de forma rasa, com o emprego de técnicas e tecnologias rudimentares e agressivas à natureza humana e não humana. Os frutos da venda de lenha e de madeira, bem como das atividades praticadas nas terras desvirginadas e desnudadas, concentravam-se nas mãos dos médios e grandes proprietários rurais, que podiam investi-los na aquisição de mais terra, no crescimento da lavoura e da pecuária, na compra de engenhos e de alambiques ou na manutenção e na modernização desta indústria. Podiam também sustentar modos de vida ostentatórios ou acabar nas mãos de comerciantes e agiotas. Por fim, podiam transferir-se para outras regiões dentro e fora do país. Quase todos os viajantes notam o quão importante foram as florestas para a vida econômica da ecorregião. Ao hospedar-se na propriedade do grande traficante de escravos, comendador André Gonçalves da Graça, no Sertão de Cacimbas, o naturalista suíço J. J. Tschudi observou que

A indústria madeireira parece render consideráveis lucros, pois as matas da propriedade são ricas em madeiras preciosas e o transporte é muito fácil, pois a fazenda fica a uma légua da costa apenas, de onde são exportadas [...] [Por outro lado] Na maioria das fazendas [...] as madeiras preciosas são queimadas junto com as comuns, nas roças, pois ninguém observa um trabalho sistemático na derrubada dos matos; separam, apenas, as madeiras imediatamente utilizáveis e queimam o resto. Nas florestas brasileiras há um sem número

³³ BURMEISTER, Hermann. *Op. cit.* p. 168, 169 e 184.

de essências preciosíssimas, conhecidas apenas parcialmente na Europa [...]. A espécie que atualmente mais se exporta é o palissandro ou jacarandá, *Rose-wood* dos ingleses (*Nissolia cabiuna*, *Miscolobium violaceum*) [...] O valor da exportação do jacarandá no Brasil foi, no ano de 1857-58, de 350 contos de réis; no ano de 1858-59, de 384 contos; no de 1859-60, de 626 contos de réis. A madeira é levada ao mercado em “couçoeiras” de cerca de 2 braças de comprimento. A dúzia da madeira de primeira qualidade é vendida no Brasil pelo preço que varia entre 700 mil réis a 1 conto e duzentos; a de segunda, entre 300 e 500 mil réis.³⁴



Figura 5 - Registro de queimada em floresta estacional por J.J. Tschudi, meados do século XIX, no Sertão das Cacimbas, atual São Francisco de Itabapoana.

No último quartel do século XIX, as florestas estacionais, que, grosso modo, estendiam-se do Rio Itabapoana ao Rio Pombo, na Província do Rio de Janeiro, estavam com sua fisionomia original irreconhecível, não obstante restassem ainda amostras significativas espalhadas por todo aquele território. Se os Puris do século XVI, Anthony Knivet e Manoel Martins do Couto Reis pudessem ressuscitar, certamente presumiriam estar em outro país. Mesmo assim, o dismantelamento das matas continuou até sobraarem apenas manchas vestigiais atualmente, relíquias de uma floresta opulenta e que um processo de longa duração se incumbiu de destruir. Em seu livro, Teixeira de Melo ressalta que

As matas que originalmente cobriam o território do município [de Campos] estão hoje distantes. Para o norte e oeste são elas mais espessas e formadas do mais vigoroso arvoredo. As que se observam nas vizinhanças da cidade e nas paróquias rurais da planície são raras e carrasquentas. Na freguesia de Guarulhos

³⁴ TSCHUDI, J.J. *Op. cit.* p. 16 e 17.

o bosque é cerrado e rico em madeiras de lei, e assim em Bom Jesus do Itabapoana e Carangola. Nesta sobretudo a vegetação é admiravelmente luxuriante: toda a natureza nesta privilegiada zona apresenta tal exuberância de vida e tons de tal modo vigorosos e quentes, que desafiam os séculos porvir, embotando por muito tempo ainda a sua selva secular o fio do machado destruidor.³⁵

Mas o tempo chegou. Em 1989, um grupo de botânicos concluiu que a vegetação primária de Bom Jesus do Itabapoana não mais existe. Restaram apenas remanescentes de vegetação secundária representante da floresta pluvial costeira ou floresta estacional tropical. A mata prístina foi devastada pelo extrativismo e pela agropecuária³⁶. Atualmente, expor madeiras do norte-noroeste fluminense como riquezas da região, a exemplo do que se fez na Quarta Exposição Nacional, de 1875³⁷, soaria como uma feira de amostras do passado. Equivaleria a recolocar o pau-brasil na pauta de exportações do país. “Quando se levantaram tantos engenhos – dizia José Carneiro da Silva em 1819 – não se imaginara que em razão da falta de lenha se mantivessem por muito tempo; porém em razão da fertilidade da terra no fim de 3 a 4 anos o mato torna a servir para a lenha.”³⁸ Logo depois, Pizarro e Araujo, sempre fazendo suas as palavras do futuro Visconde de Araruama, declarava confiante:

Atendendo à carestia de lenhas, pareceu a todos que pouco duraria a multiplicidade dessas fábricas; mas não aconteceu assim; e pelo contrário se observa, que elas crescem todos os dias, porque a terra produz abundantes matos, e no mesmo sítio, onde há poucos anos se cortaram lenhas, aí as cortam de novo; e quando os donos das fábricas não possuem no seu terreno suficiente porção de madeiras, com que possam manufaturar as suas canas, ou adquirem por empenhos, ou compram as de alguns capões, que de sítios assaz distantes fazem conduzir em carros, ou em balsas pelos rios, se há capacidade para esse transporte³⁹.

Enquanto a lenha alimentava as fornalhas dos engenhos e as madeiras eram exportadas, José Carneiro da Silva e Pizarro e Araujo apostavam no mito da fertilidade inesgotável do solo e da capacidade infinita de regeneração florestal. Perderam a aposta. Extintas as vigorosas matas estacionais, a economia agropecuária, agroindustrial, ceramista e da construção civil, subordinadas à lógica do mercado, começaram a subir a Serra do Mar e a errar nas restingas, numa busca desenfreada de energia e de matéria prima.

³⁵ MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Campos dos Goitacases em 1881*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1886. p. 23.

³⁶ CARAUTA, J. P. P.; SZÉCHY, M. T. M.; RIZZINI, C. M.; ALMEIDA, E. C. de; SANTOS, A. A. dos; ROSA, M. M. T. da; LIMA, H. C. de; BRITO, A. L. V. T. de. *Vegetação de Bom Jesus do Itabapoana, RJ Observações preliminares e propostas conservacionistas*. *Albertoia*, Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, v. 1, n 15, 4 jan. 1989.

³⁷ GAMA, José de Saldanha da. *Estudos: A Quarta Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Tip. Central de Brown e Evaristo, 1976.

³⁸ SILVA, José Carneiro da. *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacases*, 3ª ed. Campos dos Goytacases: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010 (1ª ed., 1819). p. 57.

³⁹ PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.v.3: p. 103.

Conclusão

O longo relacionamento das antropossociedades de origem europeia com as florestas estacionais semidecíduais, no norte-noroeste fluminense e sul-capixaba, foi desastroso para ambas. A supressão delas, no noroeste fluminense, foi estimada em 99,5%, provocando a extinção de incontável número de espécies vegetais e animais talvez desconhecidas pela ciência humana. Em suma, a biodiversidade sofreu radical empobrecimento. Para as antropossociedades de raiz europeia, a economia de mercado responsável pela destruição do ecossistema funcionou como um bumerangue, acarretando erosão, assoreamento, aridez progressiva do solo e escassez de água. Na busca de lucros crescentes, essa economia rude de mercado levou ao decréscimo dos lucros almejados e ao êxodo rural.

Referências

AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. Memória sobre o preço do açúcar. *Obras Econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

AZEREDO COUTINHO, José Joaquim da Cunha de. Ensaio econômico sobre o comércio de Portugal e suas Colônias. *Obras Econômicas de J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho (1794-1804)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil Através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

CARAUTA, J. P. P.; SZÉCHY, M. T. M.; RIZZINI, C. M.; ALMEIDA, E. C. de; SANTOS, A. A. dos; ROSA, M. M. T. da; LIMA, H. C. de; e BRITO, A. L. V. T. de. Vegetação de Bom Jesus do Itabapoana, RJ: Observações preliminares e propostas conservacionistas. *Albertoa*, Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, v. 1, n. 15, jan. 1989.

CARAUTA, Jorge Pedro Pereira e FERREIRA DA ROCHA, Elizabeth de Souza. Conservação da flora no trecho fluminense da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul. *Albertoa*, Rio de Janeiro: Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, v. 1, n. 11, mar. 1988.

COUTO REIS, Manoel Martins do. *Descrição Geográfica, Política e Cronográfica do Distrito dos Campos Goitacás que por Ordem do Il^{mo} e Ex^{mo} Senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, etc se Escreveu para Servir de Explicação ao Mapa Topográfico do mesmo Terreno, que debaixo de dita Ordem se Levantou*. Rio de Janeiro: manuscrito original, 1785.

GAMA, José de Saldanha da. *Estudos: A Quarta Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro: Tip. Central de Brown e Evaristo, 1976.

IBGE. *Mapa de Vegetação do Brasil, escala 1:5000000*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1988.

LAVRADIO, Marquês de. “Relação” que acompanha o Relatório entregando o Governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que o Sucedeu no Vice-Reinado. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVI, parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1915.

LAVRADIO, Marquês de. Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o governo a Luiz de Vasconcellos e Sousa, que o sucedeu no Vice-Reinado. *Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Tip. de João Ignacio da Silva, 1863.

MELLO, José Alexandre Teixeira de. *Campos dos Goitacases em 1881*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1886.

MENDES, Renato da Silveira. *Paisagens Culturais da Baixada Fluminense*. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1950.

Ministério das Minas e Energia. *Projeto RadamBrasil*, vol. 32, Folhas SF.23/24 (Rio de Janeiro/Vitória). Rio de Janeiro: 1983.

PIZARRO E ARAUJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v.3.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SILVA, José Carneiro da. *Memória Topográfica e Histórica sobre os Campos dos Goitacases*. 3ª ed. Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima, 2010 (1ª ed., 1819).

SOUZA, Antonio Muniz de. *Máximas e Pensamentos Praticados por Antonio Muniz de Souza, o Homem da Natureza, Natural da Província de Sergipe D'El Rei, em suas Viagens pelos Sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um seu Amigo*. Niterói: Tip. Niteroiense de M. G. de S. Rego, 1843.

SOUZA, Antonio Muniz de. *Viagens e Observações de um Brasileiro que Desejando ser Útil à sua Pátria, se Dedicou a Estudar os Usos e Costumes de seus Patrícios, e os três Reinos da Natureza em Vários Lugares e Sertões do Brasil*. Rio de Janeiro: Rua de Traz do Hospício, 1834.

TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; e LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da Vegetação Brasileira, Adaptada a um Sistema Universal*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

WIED-NEUWIED, Maximiliano de. *Viagem ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

Artigo recebido em: 25 abr. 2011
Aceito para publicação: 12 set. 2011